



Simulado Final

MP RS

Analista do Ministério Público
Especialidade Direito

Simulado Especial

MP RS – Analista do Ministério Público – Especialidade Direito

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do MP RS;
- 2 – A prova contém **80 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK — <https://bit.ly/Simulado-Final-MP-RS-Analista-10-07>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E |

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

1. A respeito do regime jurídico aplicável às empresas estatais, assinale a alternativa correta.

a) As empresas estatais exploradoras de atividade econômica são dispensadas da obrigação de licitar para realizar contratações.

b) Os empregados públicos das empresas públicas são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio.

c) Os servidores das sociedades de economia mista que explorem atividade econômica não se submetem à vedação de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

d) As empresas estatais submetem-se ao controle administrativo denominado supervisão ministerial ou secretarial.

e) O Poder Judiciário pode exercer controle interno de atos, atividades e omissões de empresas estatais, por meio de ações judiciais.

2. Considerando as disposições constitucionais doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa incorreta

a) As funções de confiança serão preenchidas exclusivamente por servidores titulares de um cargo efetivo.

b) O direito de greve no serviço público reflete uma norma constitucional de eficácia limitada.

c) Os casos de contratação temporária para atender situações de excepcional interesse público deverão ser estabelecidos em lei.

d) A desistência de candidato melhor colocado não é situação passível de gerar direito subjetivo à nomeação para o candidato que estava fora das vagas.

e) É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria, salvo quando se tratar de cargos acumuláveis na atividade.

3. Acerca dos atributos dos atos administrativos, considere os próximos itens

I - A presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos gera a inversão do ônus da prova, de modo que cabe ao destinatário do ato comprovar a sua ilegalidade.

II - A autoexecutoriedade permite que todos os atos administrativos sejam executados diretamente pela administração pública, independentemente de intervenção ou confirmação judicial.

III - A imperatividade é o atributo dos atos administrativos que permite à Administração impor obrigações independentemente de anuência dos administrados, caso das licenças, por exemplo.

Está correto apenas o disposto em

a) I, II e III.

b) I e III.

c) I.

d) II e III.

e) II.

4. Considerando as regras e disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

a) A condenação do Estado em ação indenizatória ajuizada em razão de dano causado por servidor público enseja a responsabilização do servidor em ação regressiva, independente da configuração de dolo ou culpa na sua conduta.

b) O servidor que, no exercício da função, causar dano a um terceiro, poderá responder juntamente com o Estado na ação indenizatória, caso tenha agido com dolo ou culpa.

- c) Para a responsabilização estatal é irrelevante que a conduta tenha sido comissiva ou omissiva.
- d) A participação da vítima para a ocorrência do evento danoso pode atenuar ou até mesmo excluir a responsabilização estatal.
- e) Todos os entes da Administração Pública respondem de forma objetiva, não sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente causador do dano.

5. Quando o servidor responsável deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação, conforme rege a Lei 8.429/92, praticará ato de improbidade que

- a) importa em enriquecimento ilícito, sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- b) importa em prejuízo ao erário, não sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- c) atenta contra os princípios da Administração Pública, sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- d) importa em prejuízo ao erário, sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- e) atenta contra os princípios da Administração Pública, não sendo o dolo imprescindível para sua configuração.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

6. A ideia de que o fundamento da Constituição não está em uma norma jurídica precedente e nem em si mesma, mas na vontade política que a antecede retrata o sentido

- a) sociológico de Constituição.
- b) político de constituição.
- c) normativo de Constituição.

- d) ontológico de Constituição.
- e) cultural de Constituição.

7. A Constituição Federal elenca os cargos que só podem ser ocupados por brasileiros natos, dentre os quais não se encontra o de

- a) Ministro das Relações Exteriores.
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c) Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) Oficial das Forças Armadas.
- e) Vice-presidente da República.

8. A respeito da competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, indique a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal.

- a) Compete privativamente à União legislar sobre dano ao meio ambiente, embora a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição seja concorrente.
- b) Sendo a responsabilidade por dano ao meio ambiente decorrente dos assuntos de interesse regional, conforme a realidade do lugar, a competência legislativa é privativa dos estados e do Distrito Federal.
- c) A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre assuntos específicos pertinentes ao dano ao meio ambiente.
- d) A competência para legislar sobre dano ao meio ambiente é concorrente, cabendo à União dispor sobre as normas gerais e, aos estados, sobre as normas específicas.
- e) As normas gerais supervenientes editadas pela União acerca do tema revogam as leis estaduais nos pontos contrários.

9. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, conforme disposto na Constituição Federal, indique a única alternativa incorreta.

- a) A Constituição Federal assegura a liberdade de manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- b) A Constituição Federal garante, na forma da lei, a prestação de assistência religiosa aos presos e aos que estão internados em hospitais para tratamento de saúde.
- c) É livre a criação de associações para fins lícitos, independentemente de autorização do Poder Público.
- d) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia, certa e paga em dinheiro.
- e) A pequena propriedade rural que se enquadra nas exigências da lei não pode ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

10. O Tribunal de Justiça do Espírito Santo julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município de Vitória, por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição estadual. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta.

- a) O Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.
- b) Da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.

c) Da decisão, não cabe recurso extraordinário, porque o controle de constitucionalidade de leis municipais não é da competência do Supremo Tribunal Federal, mas do Tribunal de Justiça.

d) A decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.

e) A decisão do Tribunal de Justiça, quer seja pela constitucionalidade ou pela inconstitucionalidade da lei municipal, por força do Princípio da Reserva de Plenário, depende da maioria absoluta do Tribunal ou de seu órgão especial.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

11. De acordo com o Código Penal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

II. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, não aplica-se aos fatos anteriores.

III. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

IV. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

a) Apenas II e IV.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e III.

d) Apenas I, III e IV.

e) I, II, III e IV.

12. Assinale a alternativa correta a respeito do concurso de pessoas na forma prevista no Código Penal.

- a) No concurso de pessoas, se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a dois terços
- b) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente de sua culpabilidade.
- c) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, inclusive quando elementares do crime.
- d) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- e) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, são puníveis, mesmo se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

13. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, constitui o crime de prevaricação.
- b) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, constitui o crime de corrupção passiva.
- c) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por

funcionário público no exercício da função, constitui o crime de tráfico de influência.

- d) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, constitui o crime de condescendência criminosa.
- e) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, constitui o crime de advocacia administrativa.

14. O princípio da reserva legal constitui-se na garantia individual de que o poder de punir do Estado em matéria penal será exercido nos limites da norma positivada, permitindo a criação de tipos penais incriminadores e a instituição de penas por intermédio de:

- a) Qualquer espécie normativa, desde que elaborada em observância ao regular processo administrativo ou legislativo.
- b) Lei ordinária e medida provisória, já que esta última também possui força de lei até que seja submetida a regular processo legislativo.
- c) Decreto legislativo, já que são funções exclusivas do Poder Legislativo a criação de direito novo, a imposição de obrigações de caráter geral e a definição de sanções jurídicas.
- d) Decreto-lei, regularmente elaborado no exercício do poder administrativo-normativo do chefe de Poder Executivo, já que o ato de legislar encontra-se no feixe de atribuições típicas deste Poder.
- e) Lei em sentido estrito, entendida esta como a espécie normativa aprovada em processo legislativo levado a efeito no âmbito do Poder Legislativo.

15. Um domingo, ao chegar à casa vindo do de uma visita à sua mãe, Cláudio encontra sua esposa Betina traindo-o com seu melhor amigo, Antônio. No mesmo instante, Cláudio saca sua arma e dispara um tiro na cabeça de Betina e outro na cabeça de Antônio. Embora pudesse fazer outros disparos, Cláudio guarda a arma. Ato contínuo, apercebendo-se da besteira que fizera, coloca os amantes em seu carro e parte em disparada para um hospital. O trabalho dos médicos é extremamente bem-sucedido, retirando a bala da cabeça dos amantes sem que ambos tivessem qualquer espécie de seqüela. Aliás, não fosse a imediata atuação de Cláudio, Betina e Antônio teriam morrido. Com efeito, quinze dias depois, ambos já retornaram às suas atividades profissionais habituais. A partir do texto, assinale a alternativa que indique o crime praticado por Cláudio.

- a) lesão corporal leve.
- b) lesão corporal grave.
- c) tentativa de homicídio.
- d) Cláudio não praticou crime.
- e) Cláudio será beneficiado pelo arrependimento posterior.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

16. Sobre o prazo para o encerramento do inquérito policial, é correto afirmar que ele será de:

- a) 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente.
- b) 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que for expedida a ordem de prisão, ou no prazo

de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

- c) 20 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente.
- d) 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente.
- e) 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

17. Independentemente da natureza do crime, a ação penal será

- a) pública incondicionada, se o crime for praticado em detrimento de patrimônio ou interesse da União, Estado e Município.
- b) pública condicionada à representação, se o crime for praticado em detrimento de patrimônio ou interesse da União, Estado e Município.
- c) pública incondicionada, se o crime for praticado em detrimento de patrimônio de uma sociedade anônima.
- d) privada subsidiária da pública, se o crime for praticado em detrimento de patrimônio de uma autarquia federal.
- e) pública condicionada, se o crime for praticado em detrimento de patrimônio de uma autarquia federal.

18. Sobre o exame do corpo de delito, o Código de Processo Penal dispõe que, para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo de exame

- a) declarações dos familiares da vítima, devidamente assinadas.

- b) provas de que não houve alteração do estado das coisas até sua chegada.
- c) declarações das testemunhas que presenciaram o fato.
- d) material suficiente para a eventualidade de nova perícia.
- e) provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.

19. No tocante ao rito do procedimento comum ordinário, se após o oferecimento da resposta escrita à acusação, for constatado que o fato é atípico, o art. 397 do CPP indica que o juiz deverá

- a) decretar a extinção da punibilidade do acusado.
- b) absolver sumariamente o acusado.
- c) rejeitar a denúncia.
- d) designar a audiência de instrução e julgamento.
- e) designar a audiência preliminar.

20. Segundo o Código de Processo Penal, caberá recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença que

- a) converter a pena de detenção em multa.
- b) receber a denúncia ou a queixa.
- c) não receber a denúncia ou a queixa.
- d) julgar procedente a exceção de suspeição.
- e) decretar a revelia do acusado.

DIREITO CIVIL

Mario Godoy

21. Sobre invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) É nulo o negócio jurídico simulado, e anulável o que se dissimulou, ainda que a substância e a forma sejam observadas.
- b) As nulidades devem ser pronunciadas de ofício pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico e as encontrar provadas, sendo-lhe permitido supri-las, mediante requerimento das partes.
- c) Só os interessados podem alegar a anulabilidade do negócio jurídico.
- d) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de quatro anos, a contar da data da conclusão do ato.
- e) A invalidade da obrigação principal implica a das acessórias, e a destas induz a da obrigação principal.

22. Sobre inadimplemento das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Nas obrigações sem prazo de vencimento, a mora se constitui a partir da interpelação judicial ou extrajudicial.
- b) O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, salvo se esta resultar de caso fortuito ou força maior.
- c) As perdas e danos abrangem o que o credor efetivamente perdeu, mas não o que ele razoavelmente deixou de ganhar, o que deve pleiteado a título de lucros cessantes.
- d) A cláusula penal compensatória pode ser exigida juntamente com o desempenho da obrigação principal.
- e) Se o prejuízo exceder o montante previsto na cláusula penal, a lei assegura ao credor o direito de exigir indenização suplementar.

23. Sobre disposições gerais relativas a contratos, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato entre ausentes, via de regra, considera-se formado no lugar em que a aceitação for expedida.
- b) A responsabilidade por vícios redibitórios inclui o pagamento de perdas e danos, independentemente de o alienante ter ou não conhecimento do defeito da coisa alienada.
- c) Quando o vício redibitório, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo será de 30 dias ou 1 ano, conforme se trate de bens móveis ou imóveis, e contar-se-á do momento em que dele tiver ciência o adquirente, até o prazo máximo de 180 dias, em se tratando de bens móveis, ou de 1 ano, para os imóveis.
- d) A responsabilidade pela evicção não subsiste se a aquisição se houver realizado em hasta pública.
- e) O adquirente pode demandar pela evicção, ainda que soubesse, ao tempo da alienação, que a coisa era alheia ou litigiosa.

24. Acerca dos direitos reais sobre coisa alheia, assinale a alternativa correta.

- a) Durante o prazo da concessão, o direito de superfície é intransmissível a terceiros.
- b) A lei não admite que a servidão predial possa ser adquirida originariamente através de usucapião.
- c) O direito de usufruto pode transferir-se por alienação, e se extingue com a morte do usufrutuário.
- d) O titular da laje não responde pelos encargos e tributos que incidirem sobre sua unidade, os quais são de responsabilidade exclusiva do dono da construção-base.
- e) O titular da laje pode dela usar, gozar e dispor.

25. Sobre direito de família e das sucessões, assinale a alternativa correta.

- a) É nulo o casamento dos afins em linha colateral.

- b) No regime da comunhão parcial, não se comunicam os bens adquiridos por fato eventual.
- c) Em caso de renúncia à herança, a parte renunciada acresce aos descendentes do renunciante.
- d) No regime da comunhão parcial, a concorrência sucessória do cônjuge com os descendentes somente alcança os bens particulares do *de cuius*.
- e) Face ao princípio constitucional da igualdade dos filhos, irmãos germanos e unilaterais herdram em idêntica proporção.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

26. Em regra, incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final ou, na execução, até a plena satisfação do direito reconhecido no título. Desse modo, pode-se afirmar:

- a) As despesas dos atos processuais praticados a requerimento do Ministério Público ou da Defensoria Pública deverão ser pagas ao final pelas próprias instituições.
- b) As perícias requeridas pela Fazenda Pública, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública deverão ser realizadas obrigatoriamente por entidade pública.
- c) Havendo adiamento da prática do ato, as despesas ficarão a cargo da parte, do auxiliar da justiça, do órgão do Ministério Público ou da Defensoria Pública ou do juiz que, sem justo motivo, houver dado causa ao adiamento ou à repetição
- d) As despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério

- Público ou da Defensoria Pública serão pagas ao final pelo vencedor.
- e) Incumbe ao réu adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público, quando sua intervenção ocorrer como fiscal da ordem jurídica.
- 27.** O Ministério Público exercerá o direito de ação em conformidade com suas atribuições constitucionais. Considerando as disposições do Código de Processo Civil quanto ao Parquet, pode-se afirmar:
- a) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais. Por buscar a defesa dos interesses coletividade, o Ministério Público não poderá atuar em ações individuais.
- b) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas constitucionalmente e na legislação esparsa.
- c) A participação da Fazenda Pública em um dos polos da ação automaticamente assegura a participação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.
- d) O Ministério Público, atuando como fiscal da ordem jurídica, terá vista dos autos depois das partes e será intimado de todos os atos do processo, mas não goza de legitimidade recursal.
- e) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- 28.** O Código de Processo Civil de 2015 permite a realização de negócios jurídicos processuais típicos e atípicos, desde que ajustados às especificidades da causa. Sobre o tema, pode-se afirmar:
- a) Os negócios jurídicos processuais devem ser estipulados antes do início do processo de forma a evitar surpresas para as partes.
- b) O controle de validade de convenções, a ser realizado pelo magistrado, depende de provocação da parte que se julgar prejudicada, sendo vedado tal controle *ex officio*.
- c) Desde que as partes sejam plenamente capazes, os negócios jurídicos processuais serão admitidos em qualquer processo.
- d) O calendário processual deverá ser estipulado pelo juiz e pelas partes em comum acordo e, assim feito, todos ficarão vinculados aos prazos estabelecidos.
- e) Ainda que haja calendário processual estipulado, as partes deverão ser intimadas para a prática de atos processuais ou para a realização de audiência.
- 29.** A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Sobre o tema, pode-se afirmar:
- a) A tutela provisória submete-se ao regramento geral do Código de Processo Civil e, assim, exige o pagamento de custas.
- b) Em caso de recurso da parte sucumbente, cessará a eficácia da tutela provisória.
- c) A tutela de urgência, a depender do caso concreto exposto, poderá ser concedida independentemente da exposição de motivação do magistrado.
- d) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, sendo vedada a exigência de caução para sua concessão.
- e) A tutela antecipada requerida em caráter antecedente torna-se estável se a não for interposto recurso da decisão que a conceder e, nesse caso, o processo será extinto.

30. Não sendo possível a autocomposição das partes na audiência de conciliação ou mediação, o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Havendo litisconsórcio passivo, o termo inicial será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação.
- b) O réu deve alegar toda a sua matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor. A especificação das provas, por sua vez, deverá ser realizada na fase de organização e saneamento do processo.
- c) O magistrado poderá conhecer, de ofício, todas as preliminares argúveis pelo réu.
- d) Havendo cláusula de convenção de arbitragem estipulada, o magistrado deverá intimar as partes para que formalmente aceitem a jurisdição estatal e renunciem expressamente ao juízo arbitral.
- e) Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu. Nesse caso, o autor deverá reembolsar as despesas e pagar os honorários ao advogado do réu excluído, que serão fixados entre cinco e dez por cento do valor da causa.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

À luz da Lei Complementar nº 10.098/1994, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos civis do estado do Rio Grande do Sul, julgue os itens a seguir

31. Acerca da Remoção e Redistribuição, assinale a opção correta

- a) A remoção somente se dará com a mudança de sede.
- b) A remoção pode ocorrer de uma unidade de trabalho para outra, dentro da mesma repartição.
- c) Sendo o servidor removido da sede, dar-se-á, sempre que possível, a remoção do cônjuge, que for também servidor estadual; não sendo possível, o servidor será licenciado com remuneração integral.
- d) Redistribuição é o deslocamento do funcionário com ou sem mudança de sede e processar-se-á ex-offício ou a pedido do funcionário.
- e) Nos casos de extinção de órgão ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, serão colocados em postos em licença para trato de interesses particulares.

32. O servidor que se afastar temporariamente da sede, em objeto de serviço, fará jus, além das passagens de transporte, também

- a) Ajuda de custo
- b) Indenização de transporte
- c) Voucher
- d) Diárias
- e) Jetons

33. O servidor poderá obter licença por motivo de doença do cônjuge, de ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo, até o 2.º grau, desde que comprove ser indispensável a sua assistência e esta não possa ser prestada, simultaneamente, com o exercício do cargo

Caso um servidor usufrua a licença por um período de 100 dias, a remuneração do servidor

- a) Será integral pelo período integral.
- b) Será proporcional ao tempo de serviço.
- c) Será integral até 60 dias e 1/2 do 61º ao 100º dia.

- d) Será integral até 90 dias e 1/3 do 61º ao 100º dia.
e) Será de 2/3 a partir do 91º

34. O pedido de reconsideração deverá ser decidido dentro de

- a) 5 dias
b) 10 dias
c) 15 dias
d) 30 dias
e) 60 dias

35. São penas disciplinares, exceto

- a) censura
b) repreensão
c) suspensão
d) demissão
e) multa.

DIREITO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Tiago Zanolla

36. Acerca do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a opção incorreta.

- a) Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e funcional do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.
b) Zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.
c) Zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou

órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.

- d) Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
e) Rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

37. A autonomia administrativa assegura ao MP a prerrogativa de se autogovernar. Para tanto, o MP pode praticar atos próprios de gestão.

Além disso, o MP pode fazer licitações, gerir contratos, elaborar atos internos, fazer concurso, prover cargos públicos entre outros. Naturalmente, a prática desses atos deve obedecer às disposições constitucionais e dispostas em lei.

Não condiz com a autonomia do MP:

- a) praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo.
b) propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros.
c) propor ao Poder Executivo o provimento dos cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção exceto no caso de provimento derivado.
d) editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos e carreira e dos serviços auxiliares, bem como os de

disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores.

e) elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos

38. De acordo com a Lei Estadual n. 7.669/1982, o Órgão especial do Colégio de Procuradores

a) tem todos os membros eleitos, exceto os Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral.

b) não é admitida a reeleição de seus membros.

c) realiza reuniões extraordinárias por convocação do seu presidente ou por requerimento de, pelo menos, 10 de seus membros.

d) suas decisões são publicadas por extrato.

e) o presidente do órgão especial tem voto de qualidade e tem mandato de quatro anos.

39. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, quanto à legalidade, legitimidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, economicidade, aplicação de subvenções, de recursos financeiros próprios e renúncia de receitas, será exercida de várias formas, exceto

a) Conselho Nacional do Ministério Público, mediante controle externo

b) Sistema Interno

c) Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, mediante controle externo

d) Assembleia Legislativa

e) Câmara dos Deputados

40. De acordo com a Lei Estadual n. 7.669/1982, Ocorrendo vacância no cargo de Procurador-Geral de Justiça, assumirá

a) o Procurador de Justiça indicado, em sessão extraordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores.

b) o Procurador de Justiça indicado, em sessão extraordinária do Colégio de Procuradores, mediante convocação do Vice-Procurador-Geral de Justiça.

c) O vice-procurador-geral de justiça.

d) O corregedor-geral do Ministério Público

e) caberá ao Chefe do Executivo nomear um dos nomes remanescentes da lista tríplice.

DIREITO AMBIENTAL

André Rocha

41. Assinale a alternativa que não apresenta um princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos expressamente previsto no art. 6º da Lei nº 12.305/10.

a) Usuário-pagador.

b) Desenvolvimento sustentável.

c) Poluidor-pagador.

d) Protetor-recebedor.

e) Razoabilidade.

42. Segundo o art. 225 da Constituição Federal de 1988, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Nesse contexto, assinale a alternativa que não se harmoniza com as disposições constitucionais relativas ao meio ambiente.

a) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual, sem o que não poderão ser instaladas.

b) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações

discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

- c) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- d) Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
- e) As práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, desde que sejam manifestações culturais.

43. A Lei nº 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em seu art. 36, estabelece uma modalidade de compensação ambiental que preconiza que, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e a manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral.

Nesse cenário, assinale a opção que apresenta o princípio que embasa tal previsão legal, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- a) desenvolvimento sustentável.
- b) usuário-pagador
- c) preponderância do interesse público
- d) solidariedade intergeracional
- e) precaução

44. De acordo com as disposições da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/12), popularmente conhecida como "Código Florestal",

um imóvel rural do bioma Cerrado localizado no Estado de São Paulo e um imóvel rural do bioma Cerrado localizado no Estado do Pará devem manter, respectivamente, os seguintes percentuais mínimos de área, a título de Reserva Legal:

- a) 35% e 80%.
- b) 35% e 80%.
- c) 20% e 35%
- d) 20% e 20%.
- e) 35% e 35%.

45. De acordo com a jurisprudência do STF, o conceito de meio ambiente inclui as seguintes acepções:

- a) cultural, natural e biológico.
- b) artificial, natural, histórico e do trabalho
- c) natural, histórico e biológico.
- d) natural, histórico, artificial e do trabalho.
- e) artificial, cultural, laboral e natural.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Marcos Girão

46. Segundo a Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), para a tipificação dos crimes de abuso de autoridade, considera-se autoridade

- a) quem exerce função pública de natureza civil, ainda que não remunerada.
- b) apenas quem exerce cargo de natureza civil, desde que remunerado.
- c) apenas quem exerce cargo de natureza militar remunerado.
- d) quem exerce emprego público de natureza civil, desde que não transitório.

e) somente quem exerce cargo de natureza militar não transitório.

47. Considera-se um crime hediondo nos termos do art. 1.º, da Lei n.º 8.072/90:

- a) tráfico ilícito de entorpecentes.
- b) epidemia com resultado morte.
- c) terrorismo.
- d) tortura.
- e) violência física.

48. À luz da Lei 11.343/2006, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Prevê o aumento de pena de um sexto a dois terços para o crime de tráfico quando o agente financiar a prática do crime.
- b) Tipifica em separado, a conduta de quem colabora, como informante, com grupo criminoso destinado ao tráfico de drogas.
- c) Prevê a redução de pena de um sexto a um terço para os crimes definidos no caput e no parágrafo primeiro do art. 33, quando o agente for primário, de bons antecedentes e não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosas.
- d) Criminaliza a conduta de quem conduz aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade alheia no art. 39.
- e) Permite que o condenado por tráfico de drogas obtenha livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena, se não for reincidente específico.

49. Acerca do que dispõe a Lei n.º 7.716/89, no tocante aos crimes resultantes de preconceitos, de raça ou de cor, pode-se afirmar que

a) não constitui efeito da condenação a perda de cargo ou função pública para o servidor público que for sujeito ativo do crime.

b) a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses constitui um efeito da condenação automático, pois não deve ser motivadamente declarado por sentença.

c) não se considera crime fabricar distintivo que utilize a cruz suástica para fins de divulgação do nazismo.

d) no crime de negar ingresso de aluno em estabelecimento público ou privado de qualquer grau, não há agravamento de pena quando praticado contra menor de 18 anos.

e) no caso de prática de discriminação ou preconceito de raça por intermédio de publicação de qualquer natureza, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado a decisão, a destruição do material apreendido.

50. Assinale a alternativa correta:

a) com o advento da Lei n.º 10.826/03, a contravenção de porte ilegal de arma, prevista no art. 19 da Lei das Contravenções Penais, passou a ter como objeto apenas munições em geral e armas brancas.

b) o crime de omissão de cautela sujeita o autor às penas de um a dois anos de detenção, na hipótese de deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que qualquer cidadão se apodere de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua posse ou que sejam de sua propriedade.

c) o crime de posse irregular de arma de fogo não distingue, no seu apenamento, se a arma, acessório ou munição são de uso permitido ou restrito.

d) constitui causa de aumento de pena, nos crimes de disparo de arma de fogo e porte ilegal de arma

de fogo, sua prática por parte de integrantes das empresas de segurança privada e de transporte de valores.

e) acionar munição em lugar habitado ou em via pública, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime, constitui a contravenção penal descrita na Lei das Contravenções Penais.

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Figueiredo / Luiz Felipe Durval

TEXTO I - UNICEF: QUEDA DE RENDA E ACESSO À EDUCAÇÃO NA PANDEMIA PREJUDICA NUTRIÇÃO E APRENDIZADO DE CRIANÇAS E JOVENS

Uma nova pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) chama a atenção para as desigualdades de renda, educação e nutrição agravadas pela crise sanitária da Covid-19. De novembro do ano passado a maio deste ano, cresceu o percentual de famílias brasileiras de baixa renda que viram seu rendimento minguar mais durante a pandemia, principalmente entre as que vivem com até um salário mínimo. São essas mesmas famílias as que mais sofrem com a insegurança alimentar: em 17% dos lares alguém deixou de comer em algum momento por falta de dinheiro — o impacto sobe para 33% entre as classes D e E.

Esse cenário, alertam representantes do Unicef, prejudica o aprendizado escolar e a nutrição entre os jovens mais vulneráveis, favorecendo ainda o aparecimento de doenças como a obesidade na idade adulta. Segundo o estudo, metade das famílias que moram com crianças e adolescentes que estudam em escolas públicas relatou ter recebido alimentação da escola durante o período de fechamento, mostrando o impacto das escolas para além do currículo escolar.

De modo geral, as famílias estão mais abertas à volta às aulas presenciais, acrescenta o relatório. Em julho de 2020, em plena pandemia, 82% dos entrevistados eram

a favor do fechamento das escolas para ajudar a conter as infecções por Covid. Com o passar dos meses, essa percepção foi mudando e, em novembro, eram 71% das famílias; em maio, o índice caiu para 59%. Quatro em cada dez famílias afirmam que as escolas já retomaram parcialmente as atividades presenciais. Entre os que têm filhos em escolas que já reabriram, quase metade (48%) enviou a criança ou adolescente de volta às aulas presenciais.

Os dados fazem parte da terceira etapa da pesquisa "Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes", realizada pelo Ipec para o Unicef de 10 a 25 de maio deste ano com 1.516 entrevistas. As rodadas anteriores foram realizadas em julho e em novembro do ano passado.

Entre novembro do ano passado e maio de 2021, aumentou de 69% para 80% o percentual de famílias com até um salário mínimo que disseram que sua renda diminuiu desde o início da pandemia. Em comparação, entre as famílias com renda de mais de dez salários mínimos, o percentual que viu a renda diminuir permaneceu estável.

As desigualdades também se acirraram no âmbito escolar. A pesquisa mostra que 93% das escolas mantiveram atividades remotas. O WhatsApp foi o principal canal de acesso dos estudantes às atividades (71%), seguido pela distribuição de material impresso (69%). Entre as famílias mais pobres, o celular é o principal dispositivo utilizado. Nas famílias com renda de até um salário mínimo, 65% dos estudantes usam apenas o celular para as atividades escolares, e 29% dependem do celular de outro membro da família.

Os hábitos alimentares mudaram com o agravamento da renda e o menor acesso às escolas na pandemia. Segundo a pesquisa, 41% das famílias passaram a consumir menos alimentos como frutas, verduras e outros não industrializados. Além disso, desde o início da pandemia, a insegurança alimentar segue sendo motivo de alerta. Entre as famílias de classe D e E, 33% disseram que deixaram de comer em algum momento devido à falta de dinheiro para comprar comida.

Bauer lembra da importância da segurança alimentar e de uma alimentação adequada para crianças e adolescentes, o que pode ter impacto no

desenvolvimento e na saúde de pessoas dessa faixa etária.

(Elisa Martins. O Globo. Adaptado)

51. O Texto I tem como objetivo principal:

- a) Apontar a desigualdade como a causa da insegurança alimentar.
- b) Informar acerca do impacto da pandemia sobre a nutrição e o aprendizado de crianças e adolescentes.
- c) Defender a educação como meio de acesso a uma alimentação balanceada.
- d) Corroborar a relação entre saúde e educação.
- e) Opinar sobre os prejuízos advindos do ensino remoto e do fechamento de escolas durante a pandemia.

52. De acordo com o texto, é correto afirmar que

- a) O acesso à escola impactou os hábitos alimentares.
- b) A crise sanitária da Covid-19 impactou a educação apenas de famílias de baixa renda.
- c) A crise resultante da pandemia foi democrática, uma vez que atingiu a todos.
- d) A maioria da população sempre foi contra o fechamento de escolas durante a pandemia.
- e) O prejuízo do fechamento das escolas incidiu apenas sobre a curva de aprendizagem.

53. Alguns verbos na Língua Portuguesa selecionam complementos direto ou indireto para ter seu sentido pleno; outros têm a capacidade de expressar uma ação completa sem necessidade de complementação. Assinale a alternativa que exemplifica esse último tipo.

- a) "São essas mesmas famílias as que mais sofrem com a insegurança alimentar...".

b) "...quase metade (48%) enviou a criança...".

c) "A pesquisa mostra que 93% das escolas mantiveram atividades remotas".

d) "De novembro do ano passado a maio deste ano, creceu o percentual de famílias brasileiras de baixa renda...".

e) "...29% dependem do celular de outro membro da família"

54. No Texto I, sobressai a função da linguagem

- a) conativa, por desejar convencer o leitor das informações veiculadas.
- b) metalinguística, pela ênfase conferida ao código.
- c) referencial, pelo foco na informação.
- d) fática, pelas marcas linguísticas direcionadas ao interlocutor.
- e) poética, pela preocupação estética.

55. Assinale a alternativa em que o segmento sublinhado desempenha uma função de adjetivo.

- a) "...alguém deixou de comer em algum momento por falta de dinheiro." (1º parágrafo)
- b) "...disseram que sua renda diminuiu desde o início da pandemia." (5º parágrafo)
- c) "Os hábitos alimentares mudaram com o agravamento da renda." (7º parágrafo)
- d) "As desigualdades também se acirraram no âmbito escolar" (6º parágrafo)
- e) "... chama a atenção para as desigualdades de renda, educação e nutrição agravadas pela crise sanitária da Covid-19" (1º parágrafo).

56. Em "Quatro em cada dez famílias afirmam que as escolas já retomaram parcialmente as atividades presenciais." (3º parágrafo), os termos em destaque expressam respectivamente:

- a) modo e dúvida

- b) afirmação e meio
- c) tempo e modo
- d) modo e intensidade
- e) tempo e negação

57. Acerca da organização sintática do Texto I, assinale a alternativa correta.

- a) O trecho destacado em "realizada pelo Ipec para o Unicef de 10 a 25 de maio deste ano com 1.516 entrevistas" (4º parágrafo) exerce a função de agente da passiva.
- b) O verbo destacado em "93% das escolas mantiveram atividades remotas" (6º parágrafo) poderia ser corretamente conjugado no singular.
- c) O vocábulo em destaque em "o percentual que viu a renda diminuir permaneceu estável" (5º parágrafo) é uma conjunção integrante.
- d) O trecho destacado em "seguido pela distribuição de material impresso" (6º parágrafo) funciona como um adjunto adnominal de distribuição.
- e) O termo destacado em "Uma nova pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) chama a atenção" (1º parágrafo) pode ser classificado como sujeito composto.

58. Assinale a alternativa que cumpre as normas de regência:

- a) Todos estavam convictos que a crise logo passaria.
- b) Nas últimas semanas, autoridades avisaram a população que o isolamento social continuaria.
- c) Aqueles responsáveis confiaram da proteção que a escola oferecia.
- d) Famílias foram à Justiça pedir a abertura de escolas.
- e) Entre os alunos, todos discordavam com o posicionamento da direção.

TEXTO II: FURTO DE FLOR

Furtei uma flor daquele jardim. O porteiro do edifício cochilava, e eu furtei a flor. Trouxe-a para casa e coloquei-a no copo com água. Logo senti que ela não estava feliz. O copo destina-se a beber e flor não é para ser bebida. Passei-a para o vaso e notei que ela me agradecia, revelando melhor sua delicada composição. Quantas novidades há numa flor se a contemplarmos bem. Sendo autor do furto, eu assumira a obrigação de conservá-la. Renovei a água do vaso, mas a flor empalidecia. Temi por sua vida. Não adiantava restituí-la ao jardim. Nem apelar para o médico de flores. Eu a furtara, eu a via morrer. Já murcha, e com a cor particular da morte, peguei-a docemente e fui depositá-la no jardim onde desabrochara. O porteiro estava atento e repreendeu-me:

– Que ideia a sua, vir jogar lixo de sua casa neste jardim!

(Carlos Drummond de Andrade)

59. No Texto II, predomina o discurso

- a) descritivo
- b) injuntivo
- c) argumentativo
- d) expositivo
- e) narrativo

60. Em relação aos aspectos linguísticos e às ideias contidas no texto, assinale a alternativa correta.

- a) Predomina o uso do futuro do pretérito para reforçar a ideia condicional dos fatos narrados.
- b) Pela sucessão de fatos, percebe-se que o narrador não se arrependeu do furto.
- c) O uso do pretérito imperfeito e do pretérito perfeito em "O porteiro do edifício cochilava, e eu furtei a flor" indicam que uma ação ocorreu antes da outra.
- d) Ao retornar ao jardim, o porteiro reconhece o narrador e o repreende.

e) Todos os acontecimentos narrados acontecem no passado, mas o uso do pretérito mais-que-perfeito indica que há ações que ocorreram em um passado mais distante.

61. No contexto em que foi utilizada, a palavra "empalidecia" pode ser corretamente substituída, sem alteração de sentido do texto, por:

- a) descorava
- b) apagava
- c) murchava
- d) dissolvia-se
- e) morria

62. Os termos destacados no trecho a seguir referem-se, respectivamente a

"Já murcha, e com a cor particular da morte, peguei **a** docemente e fui depositá-**la** no jardim **onde** desabrochara. O porteiro estava atento e repreendeu-**me**"

- a) morte; flor; jardim; porteiro.
- b) flor; morte; jardim; porteiro.
- c) morte; flor; jardim; narrador.
- d) flor; flor; jardim; porteiro.
- e) flor; flor; jardim; narrador.

63. O recurso expressivo mais evidente no Texto II pode ser classificado como:

- a) metáfora
- b) onomatopeia
- c) comparação
- d) prosopopeia
- e) sinestesia

64. É correto afirmar que a palavra "empalidecia" foi formada por:

- a) derivação prefixal
- b) derivação parassintética
- c) composição por aglutinação
- d) derivação prefixal e sufixal
- e) composição por justaposição

65. Ato administrativo pelo qual a autoridade estabelece regras, baixa instruções para aplicação de leis ou trata da organização e do funcionamento de serviços dentro de sua esfera de competência.

- a) Ordem de serviço
- b) Portaria
- c) Edital
- d) Relatório
- e) Requerimento

66. Assinale a alternativa que não apresenta um tipo de correspondência oficial que conste no Manual de Redação da Presidência da República.

- a) Mensagem
- b) Ofício-circular
- c) Ata
- d) Certidão
- e) Atestado

67. Assinale a alternativa que apresenta a concordância adequada referente aos verbos e pronomes possessivos, de tratamento e adjetivos em documentos oficiais.

- a) Vossa Excelência sereis responsabilizada.
- b) Vossa Excelência serás responsabilizada.
- c) Vossa Excelência será responsabilizado.
- d) Vossa Excelência nomearás teu substituto.
- e) Vossa Excelência nomeareis seu substituto.

68. A Redação Oficial pode ser entendida como a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos. Com base no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, cuja terceira edição foi publicada em 2018, aplicado à Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O vocativo utilizado para o Presidente da República é "Excelentíssimo Senhor Presidente da República".
- b) No padrão ofício, o cabeçalho deve ser utilizado em todas as páginas do documento, centralizado na área determinada pela formatação.
- c) Na grafia de datas em um documento, deve constar o nome da cidade onde foi expedido o documento seguido da unidade da federação.
- d) No endereçamento de documentos enviados ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, o tratamento adequado é "A Vossa Excelência o Senhor".
- e) De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a moralidade é um dos atributos da Redação Oficial.

69. Em certa ocasião, o Presidente da República encaminhou uma medida provisória ao Congresso Nacional visando à manutenção de programas sociais voltados à população de baixa renda. O documento emitido trata-se de um instrumento de comunicação oficial entre os Chefes dos Poderes Públicos. Qual documento é esse?

- a) Ofício
- b) Exposição de Motivos
- c) E-mail
- d) Mensagem
- e) Aviso

70. Dentre os aspectos gerais da Redação Oficial, estão os seus atributos ou características. Assinale a alternativa que apresenta, primeiramente, o atributo que possibilita a imediata compreensão do texto; depois, aquele que se refere à isenção de interferência de individualidades.

- a) Objetividade e impessoalidade
- b) Clareza e impessoalidade
- c) Concisão e coesão/coerência
- d) Clareza e objetividade
- e) Coesão e coerência

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

71. Sobre as noções de redes Intranet e Internet, julgue as afirmativas abaixo e assinale o item correto.

- I. São utilizados, basicamente, os mesmos protocolos na Intranet e na Internet.
 - II. Na Intranet e na Internet uma das principais interfaces de trabalho é o navegador de internet.
 - III. A Internet é considerada a junção das várias Intranets espalhadas pelo mundo.
- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
 - b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
 - c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
 - d) As afirmativas I, II e III estão corretas
 - e) Apenas a afirmativa III está correta

72. Aplique valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F) e assinale a alternativa a seguir, sobre as conexões de rede LAN e MAN.

- () Uma rede MAN abrange uma área maior de conexão do que as redes LANs convencionais.

() É comum em redes LANs a estruturação por cabeamento, sendo, na grande maioria dos casos, aplicada a topologia em estrela.

- a) V - V
- b) V - F
- c) F - V
- d) F - F
- e) nenhuma das anteriores

73. Qual é a alternativa correta que corresponde ao malware descrito a seguir:

"Programa que captura informações sigilosas através do armazenamento das teclas digitadas pelo usuário no teclado do computador."

- a) adware
- b) backdoor
- c) keylogger
- d) Vírus
- e) Spam

74. Sobre noções de cópias de segurança (backup), afirme como Verdadeiro (V) ou Falso (F) e assinale a alternativa:

- () A cópia diferencial armazena todos os arquivos criados ou alterados desde o último backup completo.
- () Backups incrementais proporcionam na sua execução maior tempo e ocupam mais espaço de mídia do que os backups diferenciais.
- () A recuperação de dados em cópias diferenciais necessita de vários conjuntos de mídia.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - F
- b) V - V - F
- c) F - V - V

d) F - F - V

e) F - F - F

75. Analise o texto abaixo e assinale a alternativa que melhor se adapta aos espaços marcados. "_____ é a função utilizada para retornar um valor quando a condição apresentada na função é verdadeira e outro valor quando a condição for falsa. _____ é a função indicada para localizar valores em uma tabela. _____ tem como operação agrupar itens informados na função, sejam eles textos e/ou números."

- a) SOMA / PROCV / MÉDIA
- b) SE / PROCV / CONCATENAR
- c) SE / PROCURAR / MÉDIA
- d) PROCV / CONCATENAR / SE
- e) SOMA / MÉDIA / INT

76. No aplicativo Powerpoint, durante um processo de criação de apresentação, qual a função do slide especial denominado "Slide Mestre":

- a) Resumir em um slide todos os elementos utilizados nos slides anteriores
- b) Armazenar imagens e caixas de textos utilizadas em outras apresentações
- c) Definir que todos os slides contenham as mesmas fontes e imagens (como logotipos) especificados no Slide Mestre
- d) É um modelo de slide baixado da internet para ser aplicado ao documento
- e) Uma técnica que copia arquivos em redes sociais

77. Durante a edição de um texto pelo escritor Microsoft Word, versão padrão em português do Brasil, ao clicar com o mouse em uma palavra

específica de um parágrafo o usuário pretende realizar os passos seguintes:

1. Justificar parágrafo.
2. Deixar palavra sublinhada.
3. Salvar documento.
4. Imprimir Documento.

Qual a alternativa que descreve os comandos em atalhos correspondentes as ações anteriores?

- a) CTRL + J, CTRL + U, CTRL + S e CTRL + P
- b) CTRL + P, CTRL + U, CTRL + S e CTRL + I
- c) CTRL + P, CTRL + S, CTRL + B e CTRL + I
- d) CTRL + J, CTRL + S, CTRL + B e CTRL + P
- e) CTRL + S, CTRL + J, CTRL + P e CTRL + B

78. Sobre o Windows 10, em sua instalação padrão, o recurso CORTANA é:

- a) à tecnologia para o acesso à internet de alta velocidade.
- b) o assistente digital da Microsoft.
- c) novo software Antivírus.
- d) novo Navegador.
- e) loja de aplicativos.

79. Os equipamentos de memória possuem configurações e técnicas de armazenamento diferentes. Quando a alimentação do computador é desligada, a memória que perde todo seu conteúdo é classificada como:

- a) dinâmica.
- b) estática.
- c) não volátil.
- d) regravável.
- e) volátil.

80. No aplicativo navegador de internet Google Chrome é possível, após a sua utilização, limpar alguns dos dados de navegação que são armazenados no computador. Da lista a seguir, quais opções são oferecidas na limpeza de dados de navegação?

- I. Arquivos baixados pelo navegador;
- II. Cookies;
- III. Histórico de navegação;
- IV. Imagens e arquivos armazenados no cache do navegador;
- V. Páginas gravadas pelo comando "salvar como..."

- a) I, II, IV, V;
- b) I, III, V;
- c) II, III, IV;
- d) II, III, V;
- e) III, IV, V.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Final-MP-RS-Analista-10-07>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

Concursos

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores.

Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>